

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO Nº 236, DE 2010

Sugere a realização de reunião de audiência pública para discutir o tema: “Municípios com menos de cinco mil habitantes”.

Autor: Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul - CONDESESUL

Relator: Deputado JOSÉ STÉDILE

I - RELATÓRIO

A Sugestão em epígrafe, de autoria do Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul - CONDESESUL, tem por escopo a realização de audiência pública para discutir a viabilidade de Municípios com menos de cinco mil habitantes.

Em sua justificação, o Autor da Sugestão em exame ressalta que, hoje, no Brasil, existem Municípios muito pequenos, com cerca de quinhentos habitantes, com estrutura administrativa e política similar à de um Município de grande porte, o que acaba gerando despesas e pouca eficiência. São Municípios que sobrevivem à custa de repasses. Aduz que a Controladoria Geral da União vem constatando problemas de gestão e de corrupção nesses Municípios menores.

O Autor sugere sejam convidados para a audiência pública as seguintes autoridades: o Presidente do TCU, o Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU, os Presidentes do IPEA, do IBGE, da OAB e da Confederação Nacional dos Municípios, e representantes dos Ministérios da Justiça e do Planejamento.

Compete a esta Comissão de Legislação Participativa proferir parecer à Sugestão nº 236, de 2010, a teor do disposto no art. 254 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

É o relatório.

II- VOTO DO RELATOR

A Sugestão sob análise tem propósito dos mais elevados, qual seja, contribuir para a discussão da viabilidade de Municípios pequenos, tema relevante para a Federação brasileira.

No momento em que muito vem se debatendo nesta Casa sobre a regulamentação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, que trata da criação de Municípios, a iniciativa do Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul mostra-se oportuna e conveniente.

Com efeito, a Constituição Federal passou a prever a necessidade de realização de Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei, para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios.

A Emenda Constitucional que alterou a redação do § 4º do art. 18 da Lei Maior foi promulgada em 1996 – Emenda Constitucional nº 15/96. Contudo, até hoje não foi editado o diploma legal exigido pelo texto constitucional. Não obstante a lacuna legal, muitos Municípios foram criados desde então, sem obediência ao mandamento constitucional.

Com o objetivo de sanar tal inconstitucionalidade, a Emenda Constitucional nº 57, de 2008, convalidou os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios, cuja lei estadual tenha sido

publicada até 31 de dezembro de 2006, atendidos os requisitos estabelecidos na legislação do respectivo Estado à época de sua criação. Trata-se, contudo, de uma solução provisória para o problema da citada lacuna legal.

Nesta Casa, há diversas proposições em tramitação que tratam do tema. Já está pronto para a pauta do Plenário da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei Complementar nº 416, de 2008, oriundo do Senado Federal, de autoria do Senador MOZARILDO CAVALCANTI, que “dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, para regulamentar o § 4º do art. 18, da Constituição Federal”. Estão apensos ao PLP 416/08, três projetos: os PLPs nºs 130, de 1996, 561, de 2010, e 587, de 2010.

O art. 13 do citado Projeto de Lei Complementar nº 416, de 2008, assim dispõe sobre os requisitos para criação de Município:

“Art. 13. O Estudo de Viabilidade Municipal tem por finalidade o exame e a comprovação da existência das condições que permitam a consolidação e desenvolvimento dos Municípios envolvidos, e deverá comprovar, preliminarmente, em relação ao Município a ser criado, se foram atendidos os seguintes requisitos:

I - população igual ou superior a:

a) 5.000 (cinco mil) habitantes nas Regiões Norte e Centro-Oeste;

b) 7.000 (sete mil) habitantes na Região Nordeste;

c) 10.000 (dez mil) habitantes nas Regiões Sul e Sudeste;

II - eleitorado igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) de sua população;

III - existência de núcleo urbano já constituído, dotado de infra-estrutura, edificações e equipamentos compatíveis com a condição de Município;

IV - número de imóveis, na sede do aglomerado urbano que sediará o novo Município, superior à média de imóveis de 10% (dez por cento) dos Municípios do Estado, considerados em ordem decrescente os de menor população;

V - arrecadação estimada superior à média de 10% (dez por cento) dos Municípios do Estado, considerados em ordem decrescente os de menor população;

VI - área urbana não situada em reserva indígena, área de preservação ambiental ou área pertencente à União, suas autarquias e fundações;

VII - continuidade territorial.”

Como se vê, verifica-se a tendência de fixação na lei complementar federal regulamentadora do § 4º do art. 18 da Constituição Federal do número de habitantes dos novos Municípios, como requisito de viabilidade.

Assim, louvamos a iniciativa da CONDESESUL de colocar em discussão o tema, tão importante para os Municípios já instalados quanto para as comunas que serão futuramente criadas no País.

Pelas razões precedentes, considerando a relevância do tema objeto da audiência pública alvitada para o aperfeiçoamento do Estado Federal, manifesto meu voto no sentido da aprovação da Sugestão nº 236, de 2010, na forma do requerimento ora oferecido.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado JOSÉ STÉDILE

Relator

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

Requer a realização de Audiência Pública para debater a viabilidade dos Municípios com menos de cinco mil habitantes.

Senhor Presidente da Comissão de Legislação Participativa:

Requeiro a V. Exa., nos termos do art. 255 do Regimento Interno, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública para debater a viabilidade dos Municípios com menos de cinco mil habitantes. Para participar deste evento, sugerimos sejam convidados o Presidente do TCU, o Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU, os Presidentes do IPEA, do IBGE, da OAB e da Confederação Nacional dos Municípios, e representantes dos Ministérios da Justiça e do Planejamento.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado JOSÉ STÉDILE
Relator